

LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA

**ESTUDO DE AVALIAÇÃO
DA SITUAÇÃO AMBIENTAL
E PROPOSTA DE MEDIDAS
DE SALVAGUARDA PARA A
FAIXA COSTEIRA PORTUGUESA**

(GEOLOGIA COSTEIRA)

por

J. M. ALVEIRINHO DIAS

Julho 1993

I

INTRODUÇÃO

Tal como se verifica na maioria das costas mundiais, o litoral português está actualmente sujeito a intensa erosão costeira, a qual induz sistemático recuo da linha de costa. Este recuo tem consequências a nível económico-social que, manifestamente, têm atingido maior amplitude nas últimas décadas e que, muito provavelmente, se revestirão de aspectos bastante mais gravosos, que poderão mesmo vir a ser catastróficos, no futuro próximo.

Casos como o de Ofir (e costa a sul, nomeadamente Pedrinhas, Apúlia, etc.), de Espinho (e costa a sul, nomeadamente Paramos, Esmoriz, Cortegaça, Furadouro, etc.), de Aveiro (e costa a sul, nomeadamente Costa Nova, Vagueira, etc.), de Figueira da Foz (e costa a sul, nomeadamente Quiaios, Lavos, Leirosa, etc.), de Quarteira (e costa a oriente, nomeadamente Forte Novo, Vale do Lobo, Vale do Garrão, etc.), da Ilha de Faro, e muitos outros são objecto de notícias, cada vez mais frequentes, nos órgãos de comunicação social. As situações de perigo de danificação ou de destruição de edificações localizadas na faixa costeira são cada vez mais frequentes.

O problema da erosão costeira na faixa litoral portuguesa é grave. E é-o apesar de, do ponto de vista oceanográfico, os últimos 4 anos terem sido relativamente calmos. Efectivamente, neste período, nenhum grande temporal assolou a nossa costa, o que é uma situação absolutamente excepcional. Muito provavelmente, na próxima estação invernal, um (ou vários) grande temporal irá assolar a costa portuguesa, induzindo intensa erosão costeira e, conseqüentemente, forte recuo do litoral. A situação poderá, então, revelar-se extremamente grave, e mesmo, nalguns casos, assumir proporções catastróficas.

Assim, torna-se imprescindível efectuar rapidamente estudos de diagnóstico compreensivos que permitam detectar a amplitude da problemática em causa, bem como as suas origens, consequências e previsível evolução futura. Só assim

será possível dotar o poder decisório de elementos credíveis e fidedignos que propiciem a adopção das medidas correctivas e preventivas que se afiguram necessárias.

Todavía, qualquer medida de protecção concretizada fora de uma política consistente e de uma estratégia global mais não é do que um pequeno paliativo que, inclusivamente, pode agravar, de forma irreversível, a situação geral. E, no entanto, é o que se tem verificado, na maior parte dos casos, em Portugal. Grande parte das intervenções tem sido efectuada com carácter de urgência, para proteger edificações ameaçadas ou, mesmo, já danificadas parcialmente, sem ter suficientemente em atenção a problemática global, as características específicas do troço costeiro intervencionado e um conhecimento aprofundado dos processos costeiros aí ocorrentes. Na realidade, em geral, as intervenções costeiras em Portugal têm tido por finalidade "atacar" as consequências e não as causas. Têm sido acções de tipo "curativo" e não "preventivo".

Defrontamos, actualmente, a nível internacional, um problema bastante grave: a erosão costeira. Este problema reveste-se de particular acuidade em Portugal, devido à grande extensão da faixa costeira e ao seu valor intrínseco (nomeadamente ao nível da indústria turística). Para "solucionar" este problema, qualquer que seja a opção política, vão ter que ser investidas grandes verbas, investimento esse que terá de ter continuidade no futuro. Em cada dia que passa, o investimento a ser efectuado terá que ser maior, pois maior é a amplitude do problema.

É, assim, imprescindível e urgente que seja definida uma política consertada (e apoiada em princípios científicos sólidos) para o litoral português, e que as intervenções na faixa costeira estejam devidamente enquadradas nessa política.